

Arrecadação maior causa desconforto

O desconforto dos bancos estrangeiros em relação ao Brasil também está associado às mudanças que o governo vem fazendo no ajuste fiscal em relação ao primeiro ano da administração Lula. Segundo o economista-chefe para a América Latina do HSBC Securities, Paulo Vieira da Cunha, para manter o equilíbrio das contas públicas, o atual governo está recorrendo aos mesmos instrumentos utilizados nos oito anos de mandato de Fernando Henrique Cardoso. O principal deles é o aumento de receitas para criar novas despesas.

No entender de Vieira da Cunha, o governo Lula foi recompensado pelo mercado financeiro no ano passado com um risco-país próximo de 500 pontos, por ter feito o ajuste fiscal pelo corte de despesas. Neste ano, porém, a preocupação do Palácio do Planalto tem sido a de ampliar a arrecadação para que possa gastar mais e cumprir as promessas de campanha.

"Nessas promessas, estão incluídos o aumento acima da inflação para os servidores públicos e o reajuste real para o salário mínimo", afirmou. "O agravante de tudo isso é que o excesso de arrecadação acaba travando o crescimento econômico, inibindo a geração de emprego e renda."

O diretor de Pesquisas para a América Latina do Citigroup,

Thomas Trebat, alertou ainda para a preocupação dos investidores com o fato de o Brasil seguir com uma elevada relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB), que varia entre 55% e 58%. Nem mesmo o superávit primário (receitas menos despesas, sem levar em conta os gastos com juros da dívida) de 4,25% do PIB tem sido suficiente para conter o crescimento da dívida e consolidar a confiança da capacidade do governo de honrar seus compromissos.

Pelas projeções do Tesouro Nacional, não há razão para tal preocupação. Os técnicos da instituição garantem que, a partir do final deste ano, com o crescimento da economia em torno de 3%, haverá uma inversão na trajetória da dívida pública. Numa projeção divulgada recentemente, o Tesouro sinalizou que o endividamento do governo cairá para cerca de 40% do PIB até o final de 2004. Nesse cenário, o Tesouro considerou um superávit primário constante de 4,25% do PIB e um aumento do Produto entre 2,5% e 3% ao ano.

Para Adauto Lima, economista-sênior do Banco WestLB, o aumento de 27% no risco Brasil desde o início do ano é um claro reflexo da desconfiança dos investidores estrangeiros sobre o novo perfil do ajuste fiscal. (VN)